



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 29 DE  
JANEIRO DE 2018 - Nº 2/2018 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e nove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, António da Conceição Moreira e João Pedro Costa Arraiolos. Secretariou a reunião, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário no Gabinete de apoio à Presidência.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, é a seguinte:

**Ponto 1** – Requalificação e Revitalização do Jardim Municipal – Aprovação de trabalhos adicionais de erros e omissões – art.º 376.º do CCP.

Requerente: Município de Alpiarça; Proposta do Vereador João Pedro Arraiolos.

Para Deliberação:

**Ponto 2** – Requalificação e Revitalização do Jardim Municipal – Minuta de adicional ao contrato de requalificação e Revitalização do Jardim Municipal de Alpiarça.

Requerente: Município de Alpiarça; Proposta do Vereador João Pedro Arraiolos.

Para Deliberação:

**Ponto 3** – Proposta de aprovação do projeto de “Regulamento Interno de Utilização dos Recursos e Serviços de Informação”

Requerente: Município de Alpiarça.

Para Deliberação:



**Ponto 4** - Licença Especial de Ruído com início a 10/02/2018 e termo a 11/02/2018, das 22h às 02h, para um evento que se realiza no Largo da Feira – no pavilhão do PCP. Solicita a isenção de pagamento da taxa em virtude de serem uma associação sem fins lucrativos.-

Requerente: Associação de Estudantes da Escola C+S José Relvas de Alpiarça.

Para Deliberação:

**Ponto 5** - Licença Especial de Ruído com início a 10/02/2018 e termo a 11/02/2018, das 20h às 02h, para um evento que se realiza no Frade de Baixo – na Associação Recreativa do Frade de Baixo.

Requerente: Marisa Isabel Graça Costa.

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram dez horas e quinze minutos, tendo tido lugar o período de Antes da Ordem do Dia:

#### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia 26 de Janeiro de 2018, com um total de disponibilidades de 100.481,70€.

#### **PROPOSTA DE ATA N.º 04/2017 - RC REALIZADA DIA 15 DE DEZEMBRO 2017**

A Srª Vereadora Sónia Sanfona disse que a ata está conforme foi acordado numa reunião anterior, ou seja o envio antecipado da ata para os Senhores Vereadores, o que permite fazer, em devido tempo, as propostas de correção.

Posta à votação, foi a ata aprovada por unanimidade dos presentes, conforme está redigida.

#### **PROPOSTA DE ATA N.º 05/2017 - RC REALIZADA DIA 29 DE DEZEMBRO 2017**

Não houve intervenções.

Posta à votação, foi a ata aprovada por unanimidade dos presentes, conforme está redigida.



O Sr. Presidente da Câmara deu de seguida a palavra aos Vereadores.

A Sra Vereadora Sónia Sanfona apresentou oralmente três requerimentos. Solicitou o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a Escola EB,2,3S de José Relvas, sobre a transferência de verbas, e o relatório da Escola sobre a execução do mesmo. Solicitou também a memória descritiva e as peças desenhadas do projeto original da obra do jardim. Solicitou ainda uma cópia do relatório do CLDS++, em letra legível, considerando que há um conjunto de páginas, cuja letra é tão pequena, que não é perceptível.

Perguntou qual o ponto de situação relativamente ao processo da transferência de competências para os municípios, matéria que está em discussão, quer na ANMP, quer na Comunidade Intermunicipal, sobretudo em áreas como a saúde e a proteção civil. Solicitou também informação sobre a situação relativa ao cargo de Chefe de Divisão, e pretende saber se um ajuste direto celebrado com uma empresa para prestar assessoria económica e financeira, tem a ver com aquela situação. Relativamente às obras do Jardim Municipal, pretende saber qual é o ponto de situação, considerando que uma parte avançou, nomeadamente houve evolução dos trabalhos de eletricidade, com a remoção dos postes e outros. Em relação à parte que cabe diretamente ao empreiteiro, na zona envolvente do jardim, não notou que houvesse grande evolução. Considerando também que o Eng. Vaz Portugal deixou claro que havia um parecer negativo relativamente à argumentação que foi aduzida para a suspensão da obra, pretende saber o que entretanto foi feito e qual é a situação neste momento.

Interveio de seguida o Sr. Vereador António Moreira para falar sobre casas degradadas que estão, segundo a sua opinião, em perigo de derrocada e que a Câmara deveria encontrar uma resolução para esta questão, nomeadamente em casas situadas na rua José Relvas. Em relação à recolha do lixo, acha que este serviço melhorou, no entanto chama a atenção para uma outra situação que tem a ver com a acumulação de monos, junto dos contentores. Sobre esta matéria é da opinião que se devia reforçar a informação entre os operadores dos carros do lixo e os serviços de recolha de monos, de forma a reduzir o tempo da respetiva recolha. Referiu uma situação que se arrasta há muitos anos, sobre um caminho de domínio público que foi vedado por um munícipe. Esclarece que o seu objetivo ao falar nesta questão, não é estar contra ninguém, mas sim que a situação se resolva e se cumpra a legalidade. O caminho que refere dá acesso a propriedades privadas, e também a uma propriedade do município. Trata-se também de um caso que já foi alvo de um



processo judicial, do qual resultou um acordo entre o munícipe e o município. Constata também que naquela caminho, que ainda se encontra vedado, estão quatro luminárias acesas, num local onde ninguém passa. Acha que seria bom, quer para o município, quer para os proprietários dos terrenos abrangidos por aquele caminho, que se cumprisse a determinação do tribunal e que esta situação se resolvesse.

Interveio o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Começou por afirmar que os requerimentos solicitados pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona serão disponibilizados. Sobre a transferência de competência para os municípios, em várias áreas, que o governo pretende levar a efeito, acha que é uma alteração muito profunda do que é o atual quadro de exercício do poder local e implica uma análise muito cuidadosa, sendo que esta é também uma preocupação da própria Associação Nacional de Municípios. Este foi um assunto abordado num seminário da Comunidade Intermunicipal, que se realizou na passada semana, e foram notórias as preocupações dos autarcas, que demonstraram muitas reservas e muitas preocupações em relação a este processo. O Sr. Presidente deu nota da sua discordância, e de outros Presidentes de Câmara sobre esta questão, tal como se pretende implementar. Refere que a ANMP e os próprios municípios há muito que defendem transferência de novas competências, desde que acompanhadas de correspondentes meios financeiros para a sua execução, na certeza que daqui resulta benefício para as populações, considerando que só faz sentido descentralizar, se for para melhorar os serviços prestados. O próprio Secretário de Estado da Administração Local, presente no Seminário informou que ainda há muita indefinição nesta matéria, ao nível dos partidos, sobretudo no principal partido da oposição, o PSD. Referiu que o historial das transferências de competências do governo para os municípios, é muito desfavorável para os municípios, dando como exemplo as transferências feitas na área da educação, nos transportes escolares, etc., que apesar de melhorias nestas áreas, tal aconteceu à custa dos orçamentos municipais. Ainda na área das transferências, o Sr. Presidente realçou que nos anos dois mil e oito e dois mil e nove, foram feitos acordos de execução, na área da educação, entre o respetivo Ministério e as autarquias, e a grande maioria faz hoje um balanço negativo, tendo que afetar mais pessoal e mais meios do que inicialmente previsto. Chamou a atenção que, por exemplo na área da saúde, a concretizarem-se as transferências, certamente que se irão criar situações de injustiça e de desigualdade entre os portugueses, considerando que há autarquias que, pelo fato de estarem com uma situação



financeira mais desafogada, terão maior capacidade de resposta aos problemas que se colocarem, havendo tratamentos diferenciados, consoante a capacidade financeira de cada uma; ou então terão de desviar verbas de serviços de competências próprias essenciais, para suprir dificuldades nas áreas entretanto transferidas. Na área das florestas a situação já está a correr mal, uma vez que os prazos que foram definidos para a intervenção das autarquias não são exequíveis, as penalizações previstas em caso de incumprimento, são inaceitáveis e demonstram uma posição de princípio incorreta, que podem inviabilizar o funcionamento de um autarquia.

No que diz respeito às casas degradadas realçou que a situação não é muito fácil. Para resolver alguns casos, será necessário a Câmara tomar posse administrativa das propriedades, e este é um processo moroso. Apesar de tudo considera que não existem casos muito graves. Em relação ao caminho público, é uma situação que se arrasta há muitos anos. Trata-se efetivamente de um caminho público, reconhecido como tal, mas que o proprietário considera que está no seu terreno. O Sr. Presidente afirmou que, efetivamente, nalguns documentos, o caminho parece estar no terreno do proprietário, mas acrescentou há direitos históricos que devem ser considerados, uma vez que há mais de cem anos que aquele caminho é de domínio público, no qual foram inclusivamente construídas algumas infraestruturas. Afirmou ainda que houve realmente um acordo em tribunal, que deverá ser concluído assim que for possível. Transmitiu ainda que, em tempos, com o PS na autarquia, foi prometido ao dono do terreno por um Vereador, que o caminho seria arranjado até à linha de água, o que nunca aconteceu. Terá sido por este motivo que o mesmo cortou o caminho, desde o ano de dois mil e cinco.

O Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira respondeu a algumas questões e começou pelo caminho referido. Transmitiu que se iniciaram as obras de recuperação do caminho, mas que, pelo facto de a Câmara ter apenas um pedreiro, houve necessidade de o deslocar para outra obra. Quando se pretendeu reiniciar, tal não foi possível devido a más condições climáticas que impediram os trabalhos naquele local, devido ao tipo de terreno. Sobre as luminárias acesas no caminho, observa que é possível que na altura em que foi feita a alteração da iluminação pública, no âmbito da poupança de energia, estas, por estarem mais afastadas de uma via principal, tenham ficado de fora. Deu nota que sobre a questão dos monos, já existe troca de informação entre os serviços, mas que se pode analisar e melhorar a situação. Em relação à obra do Jardim passou a palavra ao Sr. Eng. Portugal. O Sr. Eng. referiu que a obra avançou, embora num ritmo não muito adequado.



Mencionou que o lago ficou pronto no que diz respeito à parte da construção civil, foram feitos trabalhos de isolamento na cobertura do edificado, estão em curso trabalhos de preparação do coreto para posterior pintura e neste momento decorrem trabalhos de instalação elétrica e das infraestruturas de telecomunicações, dentro dos edifícios. Estão também a decorrer serviços da EDP de remoção de postes e instalação de armários bem como de reposição de calçada.

Pediu a palavra o Sr. Vereador António Moreira para perguntar se as escadarias existentes estão de acordo com as medidas legais. O Sr. Eng. Portugal respondeu afirmando que a ideia base para aquele local não seria fazer uma escadaria, mas sim criar três patamares, embora se possa comportar como tal. Voltou a intervir o Sr. Vereador para questionar se um local onde existe um espaço desnivelado vai ficar como está. O Sr. Eng. Transmitiu que essa situação já está resolvida, com a colocação de uma guarda metálica.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona pergunta, com a experiência que o Sr. Eng. tem, se acha que a obra vai estar concluída até ao dia 2 de Abril. O Sr. Eng. admitiu que, com o que falta fazer, é possível concluir a obra antes desse prazo, embora a um ritmo diferente do atual. Reitera que o empreiteiro tem consciência dos prazos e que o irá pressionar no sentido do cumprimento dos mesmos.

Intervém o Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para dar nota que a nomeação do Chefe de Divisão em regime de substituição estará para breve e que, em relação à contratação de uma assessoria, tem a ver essencialmente com essa situação, tendo em conta todas as responsabilidades que o município tem, quer em termos financeiros, quer em termos do seu funcionamento. Mencionou ainda que estava prevista a entrada em funcionamento do sistema de normalização contabilística, a um de janeiro de dois mil e dezoito, o que forçou toda a administração pública à preparação para a entrada em vigor deste novo sistema. Realçou a dedicação dos funcionários, que mesmo por altura da época natalícia, tiveram de fazer horas extraordinárias para a preparação da entrada em funcionamento daquele sistema. Entretanto, no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e dezassete, a DGAL informou que, afinal o sistema só entraria em funcionamento a um de janeiro de dois mil e dezanove.

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:



## **ORDEM DO DIA:**

**Ponto 1** – Requalificação e Revitalização do Jardim Municipal – Aprovação de trabalhos adicionais de erros e omissões – art.º 376.º do CCP.

Requerente: Município de Alpiarça; Proposta do Vereador João Pedro Arraiolos.

### **Para Deliberação:**

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que este ponto seria para ratificação e não para deliberação uma vez que houve um despacho seu a autorizar a execução dos trabalhos, nos termos da informação técnica. O Sr. Eng. Portugal prestou alguns esclarecimentos, realçando que os trabalhos a mais resultaram de serviços que não foram devidamente previstos e que ascendem a cerca de quinze mil e trezentos euros, cumprindo a legislação e não ultrapassando os cinco por cento que são permitidos por lei, não necessitando por isso de procedimentos suplementares. A Sra Vereadora Sónia Sanfona reiterou que não está previsto um prazo para entrega da obra e que se vai contratualizar um aditamento ao contrato, a um empreiteiro que não define esse mesmo prazo. Observou que, se o empreiteiro está em incumprimento, neste momento a Câmara deveria tomar providências. Pergunta que, se não foi autorizada uma suspensão da obra e foi autorizada uma prorrogação, se esse prazo está vencido ou não, se neste momento o empreiteiro está ou não em incumprimento e qual é o ponto de situação. O Sr Presidente afirmou que o que se pretende é regularizar a situação de trabalhos a mais e de suprir erros e omissões. Em relação aos prazos estes terão de ser cumpridos e se for caso disso, responsabilizar quem tiver de ser responsabilizado. O Sr. Eng. Portugal afirma que, objetivamente a obra não está em incumprimento de prazo. Neste momento há um processo de conciliação para definição de estabelecimento de um prazo para entrega da obra, que se aponta para a primeira quinzena de março. O Sr. Vereador António Moreira pergunta se é possível haver mais um pedido de trabalhos a mais. O Sr. Eng. Portugal afirma que se isso acontecer, terá de se abrir um novo procedimento para realização desses trabalhos, uma vez que já foi atingido o valor de cinco por cento da adjudicação da obra, permitido por lei para trabalhos a mais.

Posta à votação a ratificação, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.



**Ponto 2** – Requalificação e Revitalização do Jardim Municipal – Minuta de adicional ao contrato de requalificação e Revitalização do Jardim Municipal de Alpiarça.

Requerente: Município de Alpiarça; Proposta do Vereador João Pedro Arraiolos.

**Para Deliberação:**

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos prestou esclarecimentos sobre o ponto.

Posto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

**Ponto 3** – Proposta de aprovação do projeto de “Regulamento Interno de Utilização dos Recursos e Serviços de Informação”

Requerente: Município de Alpiarça.

**Para Deliberação:**

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos prestou esclarecimentos sobre o ponto, afirmando que o regulamento vem na sequência de legislação recentemente publicada.

Posto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade

**Ponto 4** - Licença Especial de Ruído com início a 10/02/2018 e termo a 11/02/2018, das 22h às 02h, para um evento que se realiza no Largo da Feira – no pavilhão do PCP. Solicita a isenção de pagamento da taxa em virtude em serem uma associação sem fins lucrativos.-

Requerente: Associação de Estudantes da Escola C+S José Relvas de Alpiarça.

**Para Deliberação:**

Aprovado por unanimidade.

**Ponto 5** - Licença Especial de Ruído com início a 10/02/2018 e termo a 11/02/2018, das 20h às 02h, para um evento que se realiza no Frade de Baixo – na Associação Recreativa do Frade de Baixo.

Requerente: Marisa Isabel Graça Costa.

**Para Deliberação:**

Aprovado por unanimidade.



### **PERÍODO DO PÚBLICO**

Não houve intervenções do público.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram onze horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário no Gabinete de apoio à Presidência, a redigi e assino.